



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

ATA

**IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

Dia: 10 de maio de 2016

Brasília – DF

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – MTPS
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg**

MINUTA

Ata da IV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg

Dia: 10/05/2016

Hora: 09:00 horas

Local: Sala de Reuniões 433 – 4º Andar – Edifício Sede do Ministério do Trabalho e Previdência Social – Esplanada dos Ministérios – Bloco F – Brasília – Distrito Federal.

1 Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Sala de Reuniões 433
2 do Edifício Sede do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Esplanada dos Ministérios,
3 Brasília, Distrito Federal, sob a Presidência do **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, teve início a
4 Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração – CNIg. Expedida a
5 convocatória a todos os membros, Titulares e Suplentes, estavam presentes os representantes
6 do Poder Público e da Sociedade Civil: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, representante do
7 Ministério do Trabalho e Previdência Social (**MTPS**); Sr. João Guilherme Lima Granja
8 Xavier da Silva, representante do Ministério da Justiça (**MJ**); Sr. Embaixador Rubens Gama
9 Dias Filho e Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant’ana, representantes do Ministério das Relações
10 Exteriores (**MRE**); Sr. Osório Vilela Filho, representante do Ministério da Agricultura,
11 Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sra. Anemarie da Silveira Bender, representante do
12 Ministério da Saúde (**MS**); Sra. Edna de Souza Cesetti e Sr. Alcebíades Gomes Pereira,
13 representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (**MDIC**);
14 Sra. Lídia Miranda de Lima, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
15 (**MCTI**); Sra. Maria Auriana Pinto Diniz, representante do Ministério da Educação (**MEC**);
16 Sra. Isabel Kelly, representante do Ministério do Turismo (**MTur**); Sr. Odilon dos Santos
17 Braga, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sr. Elias
18 Ferreira, representante da Força Sindical (**FS**); Sr. Edson Stefani, representante da União
19 Geral dos Trabalhadores (**UGT**); Sr. Wladimir Penha Pereira, representante da Nova Central
20 Sindical de Trabalhadores (**NCST**); Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto,
21 representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**);
22 Sr. Luiz Henrique David, representante da Confederação Nacional do Transporte (**CNT**); Sra.
23 Kelly Dantas da Silva, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras
24 (**CNF**); Sra. Christina Aires Correa Lima, representante da Confederação Nacional da

25 Indústria (CNI); e da Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, representante da Sociedade
26 Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). E, os observadores: Sr. Duval Magalhães
27 Fernandes, representante da Comissão Nacional para População e Desenvolvimento (CNPd);
28 Sra. Thaís Dias Fortuna, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Sra.
29 Luiza Helena de Sales Costa Krepel, representante da Secretaria de Políticas de Previdência
30 Social (SPPS/MTPS); Sra. Nereida de Lima Del Águila, representante da Advocacia Geral da
31 União (AGU); Sr. Raimundo Jorge Santos Seixas, representante da Agência Brasileira de
32 Inteligência (ABIN); Sra. Cristiane Maria S. Lopes, representante do Ministério Público do
33 Trabalho (MPT); Sra. Mariana de Sousa M. Reis, representante do Ministério do
34 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dos Servidores da Coordenação de
35 Apoio ao Conselho Nacional de Imigração: Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos; Sr. Aldo
36 Candido Costa Filho; Sra. Alessandra Teixeira de Araújo e Sra. Ana Priscila Martins da Cruz.
37 E, dos convidados: Sra. Daya Hayakawa Almeida e a Sra. Joana Cavalcanti Barbosa,
38 representantes do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias
39 (ICMPD); Sra. Priscila Vilela Strassburger, representante do Ministério Público Federal
40 (MPF); Sra. Silvane Mendes Gouvea, representante do Departamento da Polícia Federal
41 (DPF); Sr. Davidson Braga Santos, representante do Instituto Migrações e Direitos Humanos
42 (IMDH); Sr. Leonardo Cavalcanti; Sra. Tânia Tonhati e Sra. Nathalia V. E. Fernandes,
43 representantes do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra); Sra. Luciana de
44 Ribeiro e o Sr. Muller Luiz Borges, representantes do Ministério da Justiça (MJ); Sra. Livia
45 Gonçalves Guimarães Padilha, representante da Defensoria Pública da União (DPU); e o Sr.
46 Tadeu Oliveira, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
47 Justificada as ausências : Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho, da Central Única dos Trabalhadores
48 (CUT); Ir. Rosita Milesi, do Instituto Migrações e Direitos Humanos(IMDH). ABERTURA:
49 O presidente do Conselho Nacional de Imigração-CNIg , **Sr. Paulo Sergio de Almeida**,
50 iniciou a reunião saudando a todos e agradecendo a presença dos Conselheiros, Observadores
51 e Convidados. Em seguida fez breve comentário, sobre o atual cenário político brasileiro,
52 enfatizando a importância e o reconhecimento que o CNIg angariou ao longo da sua história.
53 Comentou que a reunião tinha por objetivo continuar os debates que já estavam em curso nas
54 reuniões anteriores, com intuito de construir, em conjunto, uma linha de ação, uma proposta
55 que possa ser amadurecida e trabalhada na próxima Reunião Ordinária do Conselho Nacional
56 de Imigração. Em prosseguimento, o **Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva**
57 **(MJ)**, destacou a importância do processo de trabalho construtivo e republicano que vem sido
58 desenvolvido pelo Conselho e comentou sobre o amadurecimento e estruturação de forma

59 contínua do CNIg ao longo dos anos, sobretudo a partir de 2010 até o presente. A **Sra.**
60 **Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC)** destacou e elogiou a
61 metodologia e o desenvolvimento do trabalho exercido pela Presidência do CNIg; e enfatizou
62 que o Sr. Paulo Sérgio de Almeida é uma peça essencial para a Política Pública Imigratória.
63 Com a palavra, o **Sr. Odilon dos Santos Braga (CTB)**, comentou sobre o momento de
64 transição política e enfatizou a importância do trabalho exercido pelo Sr. Paulo Sérgio de
65 Almeida, que possui alto conhecimento e *expertise* sobre a questão imigratória. Em
66 prosseguimento, o **Sr. Paulo Sérgio Almeida** solicitou a análise e aprovação da Agenda
67 prevista para a Reunião: 1) A aprovação da Agenda Provisória; 2) Relato dos Grupos de
68 Trabalho: Organização do Fórum de Participação Social; Análise dos Novos Fluxos
69 Migratórios ao Brasil – Renovação da RN 97/2012; Implementação dos resultados da
70 pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas; Revisão da Resolução Normativa nº
71 93/2010; 3) Assuntos Diversos: Apresentação dos resultados da pesquisa MT Brasil:
72 “Necessidades e obstáculos para a inserção laboral e a integração social dos imigrantes”; e 4)
73 Processos a serem Relatados. Com a palavra, o **Sr. Aldo Cândido Costa Filho (MTPS)**
74 solicitou que fosse incluindo em pauta, em Assuntos Diversos, a apresentação da estatística do
75 1º Trimestre de 2016 do CNIg e da Coordenação Geral de Imigração; e a Estatística do
76 Balanço Anual de 2015 do CNIg. Tomou a palavra a **Sra. Cristiane Maria S. Lopes (MPT)** e
77 solicitou que também fosse realizado uma contextualização da minuta de Decreto sobre
78 Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia. Aprovada a agenda da Quarta Reunião
79 Ordinária do Conselho Nacional de Imigração, o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** passou a
80 palavra ao Conselheiro **João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva (MJ)** que discorreu
81 sobre a minuta do Decreto, o qual surgiu a partir da necessidade da construção de Políticas
82 Setoriais para o Atendimento de Inclusão de Imigrantes, Refugiados e Apátridas. Explicou
83 que o objetivo é criar uma instância de governança para que seja coordenada em conjunto
84 com as outras dimensões da Política Imigratória. Ao tomar a palavra, o **Sr. Paulo Sergio de**
85 **Almeida** destacou os princípios da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia e fez
86 referência aos princípios e aos objetivos que o CNIg propôs na construção da Política
87 Nacional de Imigração e Proteção dos Migrantes. Complementou registrando que a iniciativa
88 de criação de uma Coordenação Tripartite e de um Comitê é desenvolvida em paralelo com as
89 Políticas de Integração e Inserção Social dos migrantes. Ademais, acrescentou suas
90 expectativas quanto à minuta de Decreto e registrou a preocupação em juntar institutos
91 diferentes, migração e refúgio, no mesmo Comitê de Integração. O **Sr. Paulo Sergio de**
92 **Almeida** explicou a importância de respeitar a competência dos órgãos já estabelecidos para

93 assegurar os direitos, tanto dos migrantes, quanto dos refugiados. Dito isso, destacou que a
94 criação de um Comitê de Migrações não pode substituir ou sobrepor competências do
95 Conselho Nacional de Imigração e nem do Comitê Nacional dos Refugiados. Com a palavra,
96 a **Sra. Lídia Miranda de Lima (MCTI)** concordou com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida,
97 principalmente, quanto a questão da competência institucional do Colegiado. Destacou que o
98 Conselho Nacional de Imigração já atua em questões de emigração e de refugiados,
99 principalmente, quando o CONARE avalia que não se trata de situação de refúgio. E, realizou
100 alguns questionamentos: 1) Como essas políticas serão efetivadas se não tem poder normativo?
101 E como essas serão impostas ao público-alvo em geral? Registrou, ainda, que não visualiza
102 base jurídica para a edição desse Decreto. Tomou a palavra a **Sra. Marjolaine Bernadette**
103 **Julliard Tavares do Canto (CNC)**, que concordou com as colocações da Conselheira Lídia e
104 enfatizou que a criação desse Decreto não terá poder normativo. Além disso, destacou que a
105 proposta de Decreto não trata-se de um Comitê Tripartite. Ademais, enfatizou que o papel
106 principal do Conselho Nacional de Imigração é atuar e trabalhar, através de suas Normas, na
107 Política Imigratória. Registrou que há necessidade de um debate mais amplo acerca do
108 assunto. Com a palavra, o **Sr. Wladimir Penha Pereira (NCST)**, em concordância com a
109 Conselheira Marjolaine, destacou que a proposta apresentada na minuta de Decreto não há
110 tripartismo e sim uma composição puramente governamental. Dando continuidade, o Sr.
111 Paulo Sérgio de Almeida, passou a palavra para o Conselheiro João Guilherme Lima Granja
112 Xavier da Silva, para registrar suas ponderações. Com a palavra, o Sr. João Guilherme Lima
113 Granja Xavier da Silva (**MJ**), explicou que o intuito é a criação de um Comitê que não possua
114 poder normativo, a não ser que seja delegado para estabelecer normas e diretrizes. Disse que
115 trata-se de criação de uma instância de correção, isto é, uma instância de governo e informou
116 que não há intuito de invadir ou conflitar com as competências dos Colegiados já existentes.
117 Destacou que trata-se de um Fórum, em que tem por objetivo propor debates no âmbito
118 governamental e afirmou que não se trata de uma Coordenação tripartite. O Sr. João
119 Guilherme Lima Granja Xavier da Silva (**MJ**) ressaltou que a proposta do Decreto nasceu da
120 necessidade de implementação de alguns dispositivos, convênios, mecanismos, etc.. E,
121 discorreu que surgiu a partir do protagonismo do Ministério da Justiça e do Ministério do
122 Trabalho em provocar o Estado e seus diversos atores acerca da Política de Migração.
123 Acolheu as considerações feitas pela Conselheira Marjolaine e pelo Conselheiro Wladimir e
124 explicou que o intuito é que haja comunicação permanente entre os Colegiados. E afirmou
125 que o objetivo do Decreto é ter uma instância de concertação e propôs que fosse considerado
126 uma emenda na redação do Decreto, em que seja respeitadas as competências do Comitê

127 Nacional de Refugiados e do Conselho Nacional de Imigração, além disso, solicitou que fosse
128 ajustado o termo tripartite. E solicitou que torne expressa a cláusula da participação das
129 frações de segmentos de representação: de Trabalhadores e Patronal; na composição. Após os
130 debates já ocorridos, o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** ressaltou que a minuta do Decreto foi
131 apresentada ao Grupo na última quinta-feira e que por isso, houve, apenas, um debate
132 preliminar acerca da proposta apresentada. Dito isso, o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, alertou
133 que ainda, não há encaminhamento de deliberação em relação ao documento apresentado. Em
134 complemento, o **Sr. Odilon dos Santos Braga (CTB)** solicitou que houvesse uma cautela em
135 relação ao tema, principalmente, no atual momento político, em que há transição
136 governamental e ministerial e sugeriu que o Ministério da Justiça aguardasse a análise
137 minuciosa do CNIg antes de apresentar à Casa Civil. Com a palavra, a **Sra. Cristiane Maria**
138 **S. Lopes (MPT)** parabenizou a proposta. E destacou a riqueza dos objetivos e princípios
139 apresentados na proposta de Decreto. Corroborou com a proposta de se instituir uma
140 Coordenação Governamental da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. E,
141 sugeriu, que ao invés de se criar um novo Comitê, que fosse consolidado o papel do Conselho
142 Nacional de Imigração. Segundo a sugestão da **Sra. Cristiane Maria S. Lopes (MPT)**
143 deveria ser instituído a Instância Governamental com a seguinte composição: Coordenação
144 Governamental da Política Nacional de Imigrações; Conselho Nacional de Imigração; e
145 CONARE; e ressaltou que desta forma já seria possível aproveitar a institucionalidade já
146 existente e preservaria as competências. De posse da palavra, a **Sra. Lídia Miranda de Lima**
147 **(MCTI)** destacou a ideia central da proposta, que é melhorar o Sistema Imigrações no Brasil.
148 Sugeriu que ao invés de se criar um novo Comitê, que fosse otimizado e implementado no
149 CNIg, a articulação entre migrações, refúgio e apatridia; e, explicou que o CNIg tem
150 competência institucional e grande experiência para atuar de forma otimizada nesse tema.
151 Com a oportunidade, o **Sr. Embaixador Rubens Gama Dias Filho (MRE)** disse que a
152 proposta só foi apresentada para todos, há poucos dias; informou que a mesma, ainda, está sob
153 análise no Itamaraty, principalmente, porque envolve Departamentos de Organismos
154 Internacionais. Destacou que a ideia da construção de uma Política Nacional de Migração,
155 Refugiados e Apatridia é excelente. Discordou com as ponderações feitas anteriormente e
156 destacou que a implementação da Política Nacional de Migrações, Refugiados e Apatridia vai
157 muito além do que é, enfim, o escopo do trabalho do CNIg. Ressaltou que há a necessidade de
158 um debate mais aprofundado, principalmente, para que possam definir melhor o casamento
159 das outras instâncias já existentes. Com a palavra, o **Sr. João Guilherme Lima Granja**
160 **Xavier da Silva (MJ)** enfatizou a ideia central da proposta que disse que é essencial que o

161 Conselho consiga ter a capacidade de debater sobre essas instâncias propostas no Decreto. E,
162 lembrou aos membros do CNIg, que se a Lei de Migrações fosse aprovada hoje, ela teria um
163 ano para sua eficácia plena. Finalizando o debate, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida informou
164 que o tema em discussão é um dos eixos do Fórum de Participação Social: a atualização da
165 Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante. Em prosseguimento, a
166 **Sra. Nathalia J. E. Fernandes (OBMigra)**, informou que foi discutido no dia 09 de maio do
167 corrente ano o andamento do Fórum de Participação Social. Noticiou que foi criado uma
168 plataforma na Rede Social Facebook; disse que já foi organizado a metodologia de execução
169 do Fórum. Comunicou que as inscrições já se encerraram; e, por fim, disse que vai ser
170 apresentado ao Conselho, pela Thaís, a organização e as plataformas que estão sendo
171 acessadas para organizar o Fórum. Em continuidade, a **Sra. Thaís Dias Fortuna (OIT)**
172 discorreu sobre a organização do Fórum de Participação Social e explicou que o Fórum foi
173 criado pela Resolução Administrativa nº 11/2015, no qual foi estipulado alguns procedimentos
174 para a realização de duas etapas: 1) Interação virtual e 2) Reunião presencial. Apresentou aos
175 Conselheiros o objetivo de cada etapa e quais os resultados esperados no desenvolvimento de
176 cada procedimento. Informou que para a Reunião Presencial foi contratado um Consultor, que
177 está desenvolvendo uma metodologia de trabalho, a qual vai ser apresentada futuramente.
178 Dito isso, discorreu sobre a etapa: Interação Virtual, que já está em execução e explicou que
179 foi criado uma plataforma no Facebook, vinculada ao site Ministério do Trabalho; informou
180 que não é uma plataforma de discussão, e sim, uma plataforma de comunicação e de
181 disseminação de informações. Explicou que devido às limitações em se utilizar o Facebook,
182 foi criado um perfil no Google: Fórum de Participação Social – Eixo 1, com objetivo de
183 estabelecer comunicações frequentes com os atores interessados em participar do debate. A
184 **Sra. Thaís Dias Fortuna (OIT)** informou que essa ferramenta também apresentou limitações
185 e que se fez necessário a criação de um Grupo no Google, como ferramenta de comunicação
186 para essa primeira etapa de diálogo na Interação Virtual. Solicitou que os Conselheiros e
187 Observadores se cadastrem e divulguem essa informação, em relação ao Fórum de
188 Participação Social – Interação Virtual; e, explicou a importância de aumentar o nível de
189 participação das pessoas. Em seguida, a **Sra. Thaís Dias Fortuna (OIT)** realizou a
190 apresentação visual de acesso às plataformas de Interação Virtual. Após a apresentação da
191 ferramenta, informou que não há grandes expectativas de se obter grandes resultados durante
192 a etapa virtual e afirmou que o objetivo é avançar e conseguir propostas e não induzir a
193 debates que não sejam objetivos e orientados, de maneira propositiva e positiva. Em
194 complemento, a **Sra. Nathalia J. E. Fernandes (OBMigra)** reforçou a importância dos

195 Conselheiros se cadastrarem na plataforma e, além disso, divulgarem a plataforma de
196 Interação Virtual. Dito isso, apresentou a plataforma do Facebook, criada junto com a
197 ASCOM do Ministério do Trabalho e informou que esta plataforma será um instrumento de
198 informação, divulgação e de *feedback*. Explicou que a ferramenta apresentada pela Thaís
199 (OIT), tem como objetivo o recebimento de propostas e encaminhamento de insumos, além,
200 de fomentar o envio de proposta por parte dos participantes. E solicitou a colaboração dos
201 Conselheiros para realizar o acompanhamento nesse processo, principalmente, no sentido de
202 dirimir dúvidas acerca do papel e das políticas desenvolvidas pelo CNIg. Explicou a
203 importância da participação de Colaboradores Executivos, principalmente para auxiliar no
204 processo de sistematização de propostas no encontro presencial e estarem acompanhando as
205 discussões e fazendo esse trabalho de mediação durante os Grupos de Trabalho. Em
206 prosseguimento, **o Sr. Paulo Sergio de Almeida**, perguntou se há o interesse de mais algum
207 Conselheiro em participar da execução desse trabalho. Sugeriu que fosse realizado um sorteio
208 entre os Conselheiros que já se dispuseram a atuar nesse trabalho, para saber qual Grupo e
209 Eixo vão atuar. Informou que caso algum Conselheiro não se sinta bem ou queira fazer
210 alguma mudança de tema, a alteração será realizada no âmbito da Coordenação do Fórum.
211 Destacou, também, que o objetivo da Interação Virtual é colher propostas, para que no
212 momento do encontro presencial seja possível realizar os encaminhamentos referente a cada
213 proposta apresentada. **O Sr. Presidente** enfatizou a importância de todos os Conselheiros
214 acompanharem e se cadastrarem nas plataformas; informou que foi solicitado durante a
215 reunião do Grupo de Trabalho que não se encerrasse o processo de inscrições, visando
216 garantir uma maior participação dos atores desse debate. Convidou os Conselheiros a
217 participarem da reunião que será realizada no próximo dia 10 de junho, em São Paulo, e disse
218 que o intuito dessa reunião é que os Conselheiros que irão atuar como colaboradores possam
219 se articular, além de compreender o papel de cada um no processo de moderação e de
220 coordenação dos debates no encontro presencial que irá ocorrer no dia 06 de julho do corrente
221 ano. Solicitou também, que todas as organizações realizassem a divulgação do Fórum de
222 Participação Social e informou que a inscrições continuam abertas. Finalizado o debate acerca
223 da Organização do Fórum de Participação Social, **o Sr. Paulo Sérgio de Almeida** iniciou o
224 relato do segundo Grupo de Trabalho, a saber: A análise dos novos fluxos migratórios e a
225 renovação da Resolução Normativa 97. Informou que o objetivo do trabalho do Grupo é
226 realizar ou não o encaminhamento da proposta de renovação da Resolução Normativa 97, que
227 trata do visto especial humanitário para os haitianos e destacou que a atual Resolução tem
228 validade até 30 de outubro do corrente ano. Acrescentou também, que o OBMigra apresentou

229 dados obtidos junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em que
230 revelou um cenário preocupante, mas enfatizou que esses resultados proporcionam elementos
231 da realidade desses estrangeiros, o qual facilita a construção e o desenvolvimento de Políticas
232 Públicas adequadas. Comentou sobre a reportagem noticiada no jornal Folha de São Paulo,
233 em que apresenta informações referentes aos estrangeiros haitianos e bolivianos residentes no
234 Brasil, que estão saindo do Brasil em busca de oportunidades melhores no Chile. Dando
235 prosseguimento, o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, discorreu que existe um processo de saída
236 dos haitianos do Brasil, pelo Estado do Acre, porém não somente com destino ao Haiti, mas
237 também para outros países, um deles, os Estados Unidos. Ou seja, uma quantidade desses
238 haitianos estariam com o uso de coíotes e de atravessadores para deixar o Brasil pela via
239 terrestre e cruzar toda a América Central ou com destino aos países da América Central ou
240 com destino aos Estados Unidos. Dito isso, o **Sr. Presidente** ressaltou sua preocupação
241 quanto a essa informação. Em seguida, iniciou o relato referente ao Relatório de Análise sobre
242 Emprego, obtidos pelo OBMigra, através de um cruzamento do banco de dados da Carteira de
243 Trabalho com o banco de dados do CAGED. Destacou que no ano de 2015 foram quase 54
244 mil admissões no país, com o saldo entre admissões e dispensas de 6 mil postos de trabalho
245 novos, criados para imigrantes; enfatizou que é um dado significativo, porque revela que
246 mesmo sendo um ano difícil para os brasileiros, em que se registra um crescimento negativo,
247 no ano de 2015 os estrangeiros continuaram sendo admitidos. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida,
248 explicou que no caso dos haitianos, foram criados 6984 novos postos de trabalho, o que
249 demonstra que essa distribuição de emprego entre os estrangeiros, no ano de 2015, não foi
250 linear; explicou que algumas nacionalidades se destacaram e outras já tiveram redução de
251 postos de trabalho e que os haitianos puxaram esse saldo pra cima. Em seguida, apresentou os
252 dados referentes ao primeiro trimestre do ano de 2016, em que revelou um saldo negativo de
253 contratação para todos os estrangeiros. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** explicou que os
254 haitianos tiveram, de fato, uma perda de postos de trabalho nesse período, porém, em uma
255 intensidade bem menor do que a totalidade dos estrangeiros. Destacou também a informação
256 sobre os principais Municípios, de contratação dos estrangeiros no Brasil, onde relatou que da
257 perda de 1.166 postos de trabalho para estrangeiros em 2016, São Paulo foi a maior perda
258 com menos 211, por outro lado foram 1.000 contratações, 1.254 dispensas, e por ordem de
259 admissões você tem Curitiba, perdendo 106 postos, Rio de Janeiro perdendo 142 postos, Porto
260 Alegre perdendo 31 postos, Florianópolis e etc. Concluiu então, que, praticamente, os
261 principais Municípios de contratação de estrangeiros tiveram perda de empregos no primeiro
262 trimestre. Com relação aos haitianos, o **Sr. Paulo Sergio de Almeida**, explicou que a situação

263 é menos intensa, porém, também apresenta um viés de perda de postos de trabalho, em quase
264 todos os Municípios. Discorreu sobre os dados referentes aos imigrantes e postos de trabalho,
265 de acordo com a atividade econômica. E, por fim, o **Sr. Presidente** concluiu informando que
266 os dados são importantes e relevantes para a análise dos Conselheiros, em relação ao fluxo
267 migratório no país. E sugeriu que fosse analisado com cautela dados do Seguro de
268 Desemprego, para que seja possível avaliar o motivo da desocupação dos postos de trabalho,
269 pelos imigrantes. Destacou a importância dos órgãos de controle do Estado, se atentarem para
270 os reflexos que a crise pode trazer aos imigrantes que decidiram permanecer no Brasil. E
271 conclui informando que os resultados apresentados, são essenciais para os Conselheiros
272 discutirem quanto a prorrogação ou não da Resolução Normativa 97. Com a palavra, o **Sr.**
273 **Tadeu Oliveira (IBGE)** que chamou a atenção dos Conselheiros para alguns aspectos: 1) os
274 resultados da crise, que atingiu a movimentação dos estrangeiros; 2) que boa parte dessa
275 migração está formalizada. E ao perder esse emprego formal, parte está saindo do Brasil,
276 procurando outras estratégias de migração, mas uma parte importante, também está
277 trabalhando por conta própria, no emprego informal; 3) necessidade de integração das bases e
278 por fim destacou que é importante ter serenidade, entender os processos, para evitar tomar
279 qualquer decisão precipitada. Em seguida, o **Sr. Embaixador Rubens Gama Dias Filho**
280 **(MRE)** destacou a importância de se fazer uma análise muito criteriosa sobre o rumo que o
281 Conselho vai dar ao prosseguimento da Resolução Normativa. E discorreu sobre a informação
282 da reportagem noticiada pela Folha de São Paulo e sugeriu muita atenção para o que é
283 noticiado pela imprensa; enfatizou que o CNIg deve estar atento e realizar projeções de
284 cenário para o futuro, em relação ao tema. E, por fim, destacou que as discussões, acerca da
285 Resolução Normativa sejam feitas com cautela, principalmente do ponto de vista político,
286 para não ser visto ou tomado como uma ruptura. Na sequência, o **Sr. Rinaldo Gonçalves de**
287 **Almeida (MTPS)** agradeceu a contribuição do Departamento da Polícia Federal, que fornece
288 ao CNIg dados do STI e do SINCRE. Informou que no primeiro quadrimestre do corrente ano,
289 saíram do Brasil 160 mil estrangeiros e entraram 51 mil estrangeiros; explicou que significa
290 uma saída líquida de 52.559 estrangeiros, provavelmente, decorrente da crise econômica. E
291 destacou, que também em função da crise, foi registrado uma saída líquida do Brasil, de 5.764
292 brasileiros. E, concluiu, agradecendo, mais uma vez, ao Departamento da Polícia Federal e ao
293 MRE, a possibilidade de troca de informações. Em seguida, o **Sr. Elias Ferreira (FS)**
294 solicitou que os Conselheiros tivessem cautela na discussão acerca desse tema, principalmente,
295 no momento em que for realizar a análise de todos os dados. Na sequência o **Sr. Wladimir**
296 **Penha Pereira (NCST)** discorreu sobre sua visita *in loco* e relatou a situação em que vivem

297 muitos haitianos no Estado de São Paulo. Na sequência, com a palavra, o **Sr. Duval**
298 **Magalhães Fernandes (CNPD)**, sugeriu que fosse realizada uma análise de dados do fluxo
299 migratório sem considerar os estrangeiros haitianos. Solicitou que fosse qualificado os dados
300 apresentados, com intuito de subsidiar o trabalho e as decisões a serem realizado no âmbito do
301 Conselho. Tomou a palavra o **Sr. Raimundo Jorge Santos Seixas (ABIN)** solicitou que fosse
302 feita uma qualificação das informações: do fluxo migratório, de emprego, entre outros, em
303 que visa permitir verificar se há ou não desvirtuamento da RN 97, e sugeriu que, se possível,
304 fosse realizado a partir de um cruzamento da base de dados da Polícia Federal com os dados
305 do MRE. Passou-se a palavra para o **Sr. Odilon Braga (CTB)** que sugeriu a retirada do termo
306 “república” que antecede a nação do Haiti. Em relação à Resolução Normativa 97, enfatizou
307 que é necessário que seja realizada uma análise cautelosa dos dados apresentados. Dando
308 continuidade, o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** finalizou o debate acerca do tema e pontuou
309 que é necessário que o Conselho realize uma análise mais aprofundada e qualificada quanto
310 ao tema. Avaliou a possibilidade do OBMigra, o MRE e a Polícia Federal trabalharem em
311 conjunto, em que pudessem apresentar uma análise histórica da trajetória dos estrangeiros
312 haitianos, com intuito de proporcionar maior qualidade na avaliação e entendimento do
313 Conselho em relação ao fluxo migratório dos haitianos. Dito isso, o representante do MRE, o
314 **Sr. Embaixador Rubens Gama Dias Filho** se dispôs a atender o pedido do **Sr. Presidente** e
315 informou uma possível metodologia a ser utilizada para coleta e análise dos dados. Dando
316 continuidade, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida retirou de pauta o relato do terceiro Grupo de
317 Trabalho: Implementação dos Resultados de Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas.
318 No decorrer da reunião, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, abriu a palavra ao Conselheiro
319 Rinaldo para fazer o relato do próximo ponto da pauta, que tratava da revisão da Resolução
320 Normativa 93/2010. O **Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTPS)**, informou que se tratava
321 de uma Resolução do final de 2010, que deu ao Conselho Nacional de Imigração, a
322 possibilidade de concessão de Visto Permanente para estrangeiros vítimas de tráfico de
323 pessoas com base no Protocolo de Palermo. Destacou que o grupo de trabalho está
324 observando o pedido encaminhado pela DPU, que menciona duas alterações: o rol de
325 autoridades que teriam competência e legitimidade para fazer o Parecer que caracteriza a
326 situação de tráfico de pessoas, e a possível inclusão do Ministério Público do Trabalho.
327 Informou que as discussões no GT vão além do aumento do número de entidades com
328 competência para fazer o Parecer, já que a mesma propõe alteração na Ementa da Resolução,
329 incluindo também, estrangeiro que, eventualmente, seja encontrado em situação de exploração,
330 de condição análoga de escravo no Brasil. Informou sobre a intenção de encaminhar ofícios

331 para ABIN, DPU, MPT, MJ, DPF e DETRAE, a fim de buscar resposta quanto ao número
332 reduzido de pessoas que usam a referida Resolução Normativa. Com a palavra, o **Sr. Paulo**
333 **Sérgio de Almeida**, agradeceu ao Conselheiro Rinaldo pelo relato e enfatizou que os
334 imigrantes encontrados em situação análoga de escravo no Brasil merecem uma atenção
335 especial do Colegiado. Propôs aprofundar o conhecimento do tema para que se pudesse
336 mapear um pouco mais os estrangeiros vítimas de tráfico de pessoas no país, entender melhor
337 essa realidade e aumentar o rol de entidades que pudessem produzir o Laudo ou Parecer
338 citado na Resolução. No decorrer a **Conselheira Lúcia Miranda de Lima (MCTI)**, se
339 manifestou totalmente a favor de todas as redações que foram propostas na Resolução,
340 declarando seu voto a favor, antecipadamente. A Sra. Cristiane Maria S. Lopes (**MPT**),
341 sugeriu a inclusão do MPF e MP para encaminhar ofícios solicitando informações sobre o
342 registro de tráfico de pessoa estrangeira. Em resposta, o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**,
343 sugeriu que fosse consultado o CONATRAE, por ser o Conselho específico da questão em
344 tela. Em seguida, a **Sra. Cristiane Maria S. Lopes (MPT)** indagou se também seria
345 solicitada essas informações à Polícia Federal. O **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos**
346 (**MTPS**), afirmou que sim, porém, uma maior quantidade de informações estaria na Divisão
347 de Combate ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça. A **Sra. Joana Cavalcanti**
348 **Barbosa (ICMPD)**, alertou que os dados da PF, certamente, não bateriam com os dados do
349 Ministério da Justiça, por conta da questão do Código Penal, por este reconhecer apenas, o
350 tráfico para fins de exploração sexual, e sugeriu que o Ministério da Justiça fornecesse os
351 dados distintos aos da PF, através dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que
352 estão espalhados pelos Estados. Em seguida o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** delegou a
353 Secretaria a busca de elementos e informações para o aprofundamento do debate. Dando
354 sequência, entrou na pauta dos assuntos diversos, sendo o primeiro ponto, o resultado da
355 pesquisa: **MT BRASIL – Necessidades e Obstáculos para Inserção Laboral e Integração**
356 **Social dos Imigrantes**. A **Sra. Joana Cavalcanti Barbosa (ICMPD)** explicou que o projeto
357 “MT BRASIL” foi implementado pelo ICMPD em parceria com o Conselho Nacional de
358 Imigração, com financiamento também, da União Europeia, Secretaria Nacional de Justiça e
359 Escritório Federal para as Imigrações da Suíça. Destacou que a pesquisa foi coordenada e
360 liderada pelo Professor Durval e foi mais voltada para os obstáculos e necessidades da
361 integração laboral e social de migrantes no Brasil. No decorrer, o **Sr. Duval Magalhães**
362 **Fernandes (CNPD)**, destacou que o trabalho foi realizado em várias localidades dos Estados
363 de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, focando, exatamente, na questão laboral e
364 na integração social, no qual a metodologia não era quantitativa, e, sim, qualitativa. Destacou

365 que o levantamento foi feito com os imigrantes, as autoridades locais, empresários e
366 instituições que recebiam esses imigrantes, e que foram ouvidos 46 imigrantes no Sul e 30 em
367 São Paulo. Foi observado que, apesar de serem de nacionalidades diferentes, o percurso e o
368 trajeto são bastante semelhantes; ficou evidenciado, no caso dos senegaleses, a existência de
369 uma rede de tráfico de pessoas; há uma idéia no trajeto de estarem vindo para um país melhor;
370 todos os senegaleses entrevistados eram da etnia wólof, os quais possuem tradição migratória
371 e que trata-se de uma migração de decisão familiar; Destacou a questão do trabalho informal,
372 e a dificuldade de envio de dinheiro para as famílias, já que não conseguem comprovar a
373 origem da renda; evidenciou que os imigrantes têm a ideia de que para eles, são reservados os
374 piores trabalhos e que mulheres com qualificação, não conseguiam se inserir no mercado de
375 trabalho por não falarem português e acabavam indo trabalhar com limpeza, frigorífico ou
376 como cabeleireira; houveram muitos relatos sobre preconceito; relatou também que quando a
377 Secretaria de Desenvolvimento Social de Criciúma não conseguia resolver o problema
378 relacionado a questões laborais encaminhava o caso para o Ministério do Trabalho e
379 observou-se que, em alguns casos os estrangeiros tinham preferência por terem maior
380 produtividade que os brasileiros, geralmente, no manuseio com maquinário; foi percebido que
381 tem áreas que, mesmo em tempo de crise, continua em alto, como no caso dos frigoríficos em
382 Chapecó. Na sequência, destacou a importância da “Missão Paz”, que além de fazer todo um
383 trabalho de capacitação junto aos imigrantes, faz também, uma capacitação com os
384 empresários, o trabalho é desenvolvido com o auxílio de estagiários da Escola de Direito que
385 tem algum conhecimento de idiomas e, posteriormente visitam os locais de trabalho para ver
386 as condições de trabalho dos imigrantes que foram empregados quando estavam na “Missão
387 Paz”. No decorrer, citou o Programa de Acesso à Educação Superior, o Pro-Haiti, da
388 Universidade Federal da Fronteira Sul; e, concluiu salientando a importância do CNIg no
389 caminho para fazer o diálogo social, na busca de ouvir os imigrantes. Com a palavra, o **Sr.**
390 **Paulo Sergio de Almeida**, agradeceu ao Professor Duval, juntamente, com todos os
391 pesquisadores e ao ICMPD pelo relatório, e destacou que este será de grande importância para
392 a avaliação da Políticas do CNIg. A **Sra. Anemarie da Silveira Bender (MS)** destacou que o
393 Brasil tem um quantitativo populacional muito grande, mas, analisando a longo prazo, talvez
394 o crescimento vegetativo não tenha reposição da população, portanto, se faz necessário
395 qualificar um pouco mais essa fala demográfica, no sentido de analisar todos os fatores que
396 interferem nessa ideia. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida, agradeceu a observação e, passou a
397 palavra ao **Sr. Tadeu Oliveira (IBGE)**, que destacou a importância de combinar os estudos
398 qualitativos com os estudos quantitativos enfatizando que o trabalho do Professor Durval

399 permitiu entender os dados que os números não mostram. Salientou a dificuldade de acesso
400 aos serviços públicos para os imigrantes no Brasil, e deixou claro a necessidade de
401 investimento em Políticas Imigratórias de Integração , para que possam trabalhar de maneira
402 combinada entre as três esferas do Poder Público. Na sequência o **Sr. Paulo Sérgio** passou a
403 palavra ao **Sr. Wladimir** que parabenizou o Professor Duval e sua equipe pela beleza, pelo
404 gigantismo do trabalho, no entanto, ressaltou sua preocupação quanto à representatividade dos
405 imigrantes por parte dos estagiários de Direito, para que não haja prejuízo nos interesses dos
406 imigrantes. Seguindo as observações a **Sra. Lídia Miranda de Lima (MCTI)**, alertou sobre
407 o fenômeno que está acontecendo na Europa, onde o nível da natalidade maior é de
408 estrangeiros ilegais, que não contribuem para a Previdência, penalizando os idosos que estão
409 tendo que se aposentar cada vez mais tarde, pois a mão de obra atual não é reconhecida para
410 fins previdenciários. Sugeriu que o Brasil faça Políticas de absorção de Mão de Obra, para
411 não sofrer os danos futuramente. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** passou a palavra ao
412 Professor Duval para seus comentários finais. O **Sr. Duval Magalhães Fernandes (CNPD)**,
413 agradeceu a todos pelos elogios e ressaltou que a questão do Zika Vírus pode ter impactado na
414 redução da população do Brasil, destacou a importância dos direitos sociais como: saúde,
415 educação e assistência social para a não criação de guetos e não proliferação de pessoas não
416 integradas à sociedade. Disse que espera trazer na próxima reunião o resultado final da
417 pesquisa e se despediu agradecendo mais uma vez. Na sequência o **Sr. Presidente**, passou a
418 abordar o próximo ponto da agenda: apresentação das estatísticas trimestrais do CNIg e da
419 Coordenação-Geral de Imigração de 2015 a ser relatada pelo **Sr. Aldo Candido Costa Filho**,
420 o qual informou que, em relação ao 1º trimestre de 2015, houve uma diminuição de 21% no
421 geral das nossas autorizações de trabalho no 1º trimestre de 2016. Explanou que a maior
422 queda foi observada nas autorizações concedidas com base na Resolução 99 e, a menor queda,
423 na Resolução 72, com uma queda de 15%, porém, o volume de autorizações, ainda se
424 encontra em um patamar significativo. Na sequência passou a palavra ao Professor Leonardo
425 para maiores esclarecimentos. O **Sr. Leonardo Cavalcanti (OBMigra)**, destacou que houve
426 uma redução de autorizações tanto temporárias como permanentes, como por exemplo: na RN
427 61 teve 36% de redução no número de autorizações de trabalho; a RN 69, 7%; a RN 71, 46%;
428 a RN 72, 15%; e, a RN 99, 40% de redução, e se olharmos para as permanentes, vamos
429 observar que teve 17% menos na RN 62, e 75% menos também na RN 84 e do ponto de vista
430 da variável sexo, observa-se que teve uma redução tanto no número de homens quanto de
431 mulheres. em ambos os sexos. Com relação a variável escolaridade, Ensino Médio e Ensino
432 Superior completo e incompleto também teve uma redução nos grupos ocupacionais, de

433 forma geral, praticamente, de todos os países, tendo destaque os Estados Unidos, que no
434 primeiro trimestre de 2015 foi 1.459 – os senhores podem ver aí com clareza no relatório e
435 passando a 970, porém observou-se por outro lado um aumento tímido de alguns nacionais,
436 como por exemplo, Grécia que passou de 96 para 119 autorizações, Romênia, Áustria e a
437 França, foram esses que se destacaram de forma positiva. Por estado, São Paulo, teve a maior
438 queda e foi observado um ligeiro aumento na Bahia, Alagoas, Goiás e Maranhão e,
439 condicionou tais fatos à desaceleração econômica do país. Na sequência **o Sr. Leonardo**
440 **Cavalcanti (OBMigra)** apresentou os dados do relatório anual do Conselho e enfatizou que
441 quando comparado as autorizações concedidas pelo Conselho entre 2014 e 2015, houve um
442 salto de 4.468 para 45.390 autorizações, das quais, 43.871 se devem, exclusivamente, a
443 Resolução 27, devido ao despacho conjunto entre o Ministério da Justiça, Ministério do
444 Trabalho, tecnicamente, operado pela Secretaria do CNIg, o CONARE e o DMIG. Lembrou
445 da presença do Ministro da Justiça, no Conselho, autorizando uma Portaria conjunta para
446 esses imigrantes, na sua maioria, haitianos. Com a palavra o Conselheiro **Odilon Braga**
447 **(CTB)**, fez um breve comentário sobre os romenos, que, praticamente, tiveram suas
448 autorizações duplicadas com base na RN 27. Em seguida, **o Sr. Presidente** deu início aos
449 relatos dos Processos.

450 Relato dos Processos:

451

452 **1) Relator: MTE; Processo: 46094.000019/2016-21; Nome da estrangeira: Laura Saez Sanz;**
453 **País: Espanha; Chamante: Jose Antonio Rausell Tamayo; UF: PR; Tipo de Visto: Permanente;**
454 **Decisão: Processo em Exigência. 2) Relator: MTE; Processo: 46215.001887/2016-12; Nome**
455 **da estrangeira: Maria Gabriela Neves Sousa Prado de Lacerda; País: Portugal; Chamante:**
456 **Maria Gabriela Neves Sousa Prado de Lacerda; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência**
457 **Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu por manter o INDEFERIMENTO do pedido,**
458 **acompanhando o voto do Relator. 3) Relator: MTE; Processo: 46215.001406/2016-61; Nome**
459 **do estrangeiro: Glen de Sanders; País: Holanda; Chamante: Glen de Sanders; UF: RJ; Tipo de**
460 **Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu por manter o INDEFERIMENTO**
461 **do pedido, acompanhando o voto do Relator. 4) Relator: CTB; Processo:**
462 **46094.001918/2015-60; Nome do estrangeiro: Mostafa Sabiri; País: Marrocos; Chamante:**
463 **Mostafa Sabifi; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por**
464 **consenso, por manter o INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. 5)**
465 **Relator: CNC; Processo: 46094.000031/2016-35; Nome da estrangeira: Maria Cecilia**

466 Veronezzi de Campos; País: Alemanha; Chamante: Centro de Direitos Humanos e cidadania
467 do Imigrante; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,
468 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **6)** Relator: **MS**;
469 Processo: **46094.000042/2016-15**; Nome do estrangeiro: Rabih Jeradi; País: Líbano;
470 Chamante: Samar Elias Jeradi; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário
471 decidiu, pelo DEFERIMENTO do pedido. **7)** Relator: **MEC**; Processo: **46094.002120/2015-**
472 **35**; Nome da estrangeira: Andreia Filipa Carvalho Pinheiro; País: Portugal; Chamante: Paulo
473 Jorge da Silva Pinheiro; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por
474 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **8)** Relator:
475 **MCTI**; Processo: **46094.001929/2015-40**; Nome do estrangeiro: Luis Enrique Pestana Aguiar
476 e Dependentes; País: Venezuela; Chamante: Luis Enrique Pestana Aguiar; UF: SP; Tipo de
477 Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do
478 pedido, acompanhando o voto do Relator. **9)** Relator: **MCTI**; Processo: **46094.000049/2016-**
479 **37**; Nome do estrangeiro: Tom Ngai Ching Ng; País: Canadá; Chamante: Tom Ngai Ching
480 Ng; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo
481 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **10)** Relator: **CNT**; Processo:
482 **47758.000002/2016-85**; Nome do estrangeiro: Dalal Hachouch Ep.Maarouf Hachouch; País:
483 Líbano; Chamante: Dalal Hachouch; UF: MG; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O
484 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do
485 Relator. **11)** Relator: **CNI**; Processo: **46094.000023/2016-99**; Nome do estrangeiro: Thomas
486 Max Baumgart – Outros; Chamante: Commerzbank Aktiengesellschaft; UF: SP; Tipo de
487 Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **12)** Relator: **CNA**;
488 Processo: **46094.002226/2015-39**; Nome do estrangeiro: Neila Cibell Ramos Delgado; País:
489 Cabo Verde; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência
490 Definitiva; Decisão: O processo não foi relatado.

491 Os seguintes processos foram indeferidos “*Ad Referendum*” por não se tratar de Situação
492 Especial e/ou Casos Omissos sendo referendado pelo Plenário:

493 1) 46094.000065/2016–20; 2) 46204.004159/2016–83; 3) 46094.000056/2016–39; 4)
494 46221.002301/2015-69; e 5) 46094.000066/2016-74.

495 Os seguintes processos foram indeferidos “*Ad Referendum*” por descumprimento da
496 Resolução Normativa, sendo referendado pelo Plenário:

497 1) 46094.002221/2015-14; 2) 46094.000021/2016-08

498 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos Processos e, não havendo nada para tratar, o
499 Representante do MTPS, **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, agradeceu a presença e a contribuição
500 de todos, e encerrou a Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração do dia
501 dez de maio de dois mil e dezesseis.

502

503

504

Paulo Sérgio de Almeida

505

Ministério do Trabalho e Previdência Social

506

507

508

509

Brasília/DF

510

Maior de 2016.